

LEI/DECRETO Nº	EMENTA
DECRETO Nº 37.581/2024	ALTERA O DECRETO Nº 35.534, DE 06 DE ABRIL DE 2022 QUE DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.
DECRETO Nº 37.574/2024	REGULAMENTA AS PRÁTICAS CONTÍNUAS E PERMANENTES DE GESTÃO DE RISCOS E DO CONTROLE PREVENTIVO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, BEM COMO A ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.
DECRETO Nº 37.485/2024	ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 34.317, DE 19 DE JANEIRO DE 2021, QUE ALOCA CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DO RECIFE.
DECRETO Nº 36.861/2023	REGULAMENTA A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE NA SECRETARIA DE FINANÇAS E A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE NA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, PREVISTAS NO ART. 33, DA LEI MUNICIPAL Nº 19.060, DE 10 DE MAIO DE 2023.
LEI Nº 19.082/2023	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, AS COMPETÊNCIAS DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 35.706/2022	DISPÕE SOBRE AS REGRAS DE GOVERNANÇA PARA EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA MUNICIPAIS, DE QUE TRATA O § 1º DA LEI FEDERAL Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.
DECRETO Nº 35.583/2022	INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM CONSONÂNCIA COM A LEI FEDERAL Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).
DECRETO Nº 35.534/2022	DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.
DECRETO Nº 33.207/2019	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE, A LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA.
DECRETO Nº 30.247/2017	ALOCA NO QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR E CARGOS DE APOIO E ACESSORAMENTO E FUNÇÕES GRATIFICADAS NA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. (REGIMENTO INTERNO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - OBS: DESATUALIZADO)

DECRETO Nº 28.527/2015	REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 17.866/2023, QUE TRATA DO ACESSO, NO MUNICÍPIO, A INFORMAÇÕES PÚBLICAS.
DECRETO Nº 27.627/2013	INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA A COMISSÃO CENTRAL DE ÉTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 17.866/2013	DISCIPLINA O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E REGULAMENTA AS RESTRIÇÕES ÀS INFORMAÇÕES SIGILOSAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.